

# [de.mãos.dadas]

em defesa da escola pública



gestão  
É tempo de  
resistir e  
conquistar!

CUT CMB



Momentos da luta pelo PCCS, em junho de 2001

## Dez anos depois PCCS corre riscos

Pág. 05



**Eleição sindical está  
marcada para junho**  
Pág. 02

**Fórum da Escola  
Pública debate PNE**  
Pág. 03

**Magistério realiza  
assembleia dia 27/04**  
Pág. 05

# Eleição do Sismmac será nos dias 7 e 8 junho

*Prazo para inscrever chapa vai até 9 de maio. Haverá urna fixa no sindicato e itinerantes, percorrendo as escolas*

No dia 8 de abril foi publicado no Jornal do Estado o Edital de Convocação das eleições para a Diretoria e para o Conselho Fiscal do Sismmac. Desde o mesmo dia o documento está disponível no site do sindicato, em primeira página.

## Datas para as eleições

As eleições serão nos dias 7 e 8 de junho de 2011, no horário das 8h às 17 horas. A coleta dos votos será por urnas itinerantes a serem estabelecidas pela Comissão Eleitoral e urna fixa na sede do Sismmac.

Para a eleição ser válida, será necessária a participação de dois terços dos sindicalizados aptos a votar. Se não for alcançado este quórum ou se houver empate entre chapas concorrentes,

haverá um segundo pleito, já previsto para os dias 21 e 22 de junho, com quórum exigido de 50%. Havendo necessidade, uma terceira votação pode ocorrer nos dias 5 e 6 de julho, com 30% dos filiados.

## Inscrição de chapa

O prazo de inscrições das chapas está aberto desde a publicação do edital, em 8 de abril, e se encerra a 9 de maio. O registro de chapas deve ser feito no sindicato em horário comercial, das 8h às 12 horas e das 14h às 18 horas.

## Direito de votar e ser votado

São eleitores e podem se candidatar os professores que se filiaram ao Sismmac antes de 6 de janeiro de 2011 (inclusive) e estejam em dia com as mensalidades sindicais.



Professora do CEI Bela Vista do Paraíso vota na eleição sindical anterior, ocorrida em junho de 2008

## Tabela de Vencimentos do Magistério - Abril/2011 (com 6,5% de reajuste)

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
<<Parte Especial>>									
100	791,64	813,78	836,56	859,99	884,07	908,84	934,29	960,43	987,32
101	1.015,00	1.043,39	1.072,64	1.102,66	1.133,55	1.165,26	1.197,88	1.231,45	1.265,94
102	1.301,35	1.337,83	1.375,26	1.413,75	1.453,38	1.494,08	1.535,89	1.578,87	1.623,14
<<Parte Permanente - Graduação>>									
103	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	0,00	1.199,92	1.233,55	1.268,06	1.303,58	1.340,07	1.377,60	1.416,19	1.455,84
105	1.496,59	1.538,50	1.581,60	1.625,83	1.671,37	1.718,18	1.766,29	1.815,77	1.866,60
106	1.918,86	1.972,58	2.027,84	2.084,61	2.142,97	2.202,95	2.264,68	2.328,09	2.393,27
107-PI	2.460,28	2.529,17	2.599,98	2.672,78	2.747,62	2.824,56	2.903,65	2.984,95	3.068,52
108-PI	3.154,44	3.242,76	3.333,56	3.426,91	3.522,86	3.621,49	3.722,90	3.827,15	3.934,31
<<Parte Permanente - Especialização>>									
107	1.046,93	1.076,23	1.106,39	1.137,37	1.169,21	1.201,94	1.235,60	1.270,22	1.305,75
108	1.342,33	1.379,91	1.418,56	1.458,25	1.499,10	1.541,08	1.584,27	1.628,61	1.674,19
109	1.721,09	1.769,30	1.818,81	1.869,73	1.922,12	1.975,93	2.031,26	2.088,13	2.146,58
110	2.206,71	2.268,48	2.332,03	2.397,30	2.464,44	2.533,44	2.604,39	2.677,30	2.752,25
111-PII	2.829,32	2.908,54	2.989,99	3.073,70	3.159,77	3.248,24	3.339,19	3.432,68	3.528,80
112-PII	3.627,60	3.729,18	3.833,60	3.940,94	4.051,29	4.164,73	4.281,33	4.401,21	4.524,45
<<Parte Permanente - Mestrado>>									
111	1.203,97	1.237,68	1.272,34	1.307,96	1.344,60	1.382,26	1.420,92	1.460,74	1.501,65
112	1.543,70	1.586,91	1.631,36	1.677,02	1.723,99	1.772,24	1.821,87	1.872,90	1.925,35
113	1.979,25	2.034,70	2.091,65	2.150,22	2.210,44	2.272,32	2.335,93	2.401,37	2.468,60
114	2.537,73	2.608,75	2.681,83	2.756,91	2.834,12	2.913,45	2.995,04	3.078,92	3.165,12
115-PIII	3.253,72	3.344,83	3.438,48	3.534,76	3.633,73	3.735,48	3.840,07	3.947,58	4.058,13
116-PIII	4.171,75	4.288,56	4.408,64	4.532,08	4.658,98	4.789,43	4.923,53	5.061,40	5.203,12
<<Parte Permanente - Doutorado>>									
500	1.384,56	1.423,34	1.463,18	1.504,15	1.546,28	1.589,57	1.634,07	1.679,83	1.726,87
501	1.775,22	1.824,92	1.876,02	1.928,54	1.982,55	2.038,06	2.095,12	2.153,78	2.214,09
502	2.276,09	2.339,82	2.405,33	2.472,68	2.541,92	2.613,09	2.686,26	2.761,47	2.838,80
503	2.918,28	2.999,99	3.083,99	3.170,34	3.259,12	3.350,37	3.444,18	3.540,62	3.639,75
504	3.741,67	3.846,44	3.954,13	4.064,86	4.178,66	4.295,67	4.415,94	4.539,60	4.666,71
505	4.797,37	4.931,70	5.069,78	5.211,74	5.357,66	5.507,69	5.661,90	5.820,43	5.983,41

[de-mãos-dadas]  
[em defesa da escola pública]



**SISMMAC**  
**Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba**

Al. Dr. Muricy, 54, 10º and, Centro,  
Fone/fax (41) 3225-6729,  
80.010-120 - Curitiba, Paraná

[www.sismmac.org.br](http://www.sismmac.org.br)

Fechamento: 17 horas de 19 de abril de 2011

Gestão "É tempo de resistir e de conquistar"

### Coordenação Política

Ana Denise Ribas de Oliveira (*tarde*), Maíra Beloto de Camargo (*manhã e tarde*) e Simeri Ribas Calisto (*tarde*)

### Coordenação de Formação

Aline Chalus Vernick Carissimi\*, Ângela Maria de Castro (*manhã*) e Rafael Alencar Furtado (*tarde*)

### Coordenação Institucional

Lorici Kuhn Corsi (*tarde*)

### Coletivo de Coordenações

Alda Perpétuo M Sampaio, Alice M do Nascimento Destri, Ana Lorena de Oliveira Bruel, Beatriz S. do Prado Gabardo, Dalva F Zimmermann, Edicleia Regina Martins, Fabíola Beatriz Franco de Souza, Glacelise Cordeiro Brites, Juliana de Souza, Luciana Szenczuk, Maria Emília Martins, Regina Klengenfus Scheibe, Rita de Cássia G Waldrigues, Rogério Andriano Lau, Silmara Ayres de Carvalho, Suely Chalegre Barbosa e Vanessa Simas.

### Conselho Fiscal

Cláudia Maria Daufenbach, Douglas Danilo Dittrich, Jorge Miguel Malheiros, Joselis Graciano e Miriam Bialli.

Os membros das Coordenações Política, de Formação (exceto \*) e Institucional têm liberação para atuar no Sismmac nos períodos dos seus padrões

Jornalista Responsável: Luiz Herrmann (DRT-2331)

Impressão: Jornal do Estado (41-3350-6600); Tiragem: 5 mil exemplares

# STF valida Lei do Piso, mas segura hora-atividade

Depois de decidir a favor de aumentar permanência para 33,3% da jornada, ministros dão golpe e protelam decisão

Por 7 votos contra 2, o Supremo Tribunal Federal validou a Lei 11.738/08, que estabelece o Piso Salarial Profissional dos Professores. A rejeição da ADI - Ação Direta de Inconstitucionalidade que ex-governadores de cinco estados ingressaram contra a lei foi rejeitada no dia 6 de abril. A data fica marcada na história da educação brasileira.

A decisão de interesse

mais direto aos professores de Curitiba era a confirmação da hora-atividade (permanência) de 33,3% da jornada de trabalho. De cada três aulas, uma destinada às atividades extraclasse. A decisão favorável ao magistério foi tomada por 5 votos contra 4. A decisão foi encerrada com o assunto definido.

No entanto, no dia seguinte veio o golpe contra a hora-atividade. Os mi-

Foto: CNTE



400 profissionais da educação acompanharam a votação em Brasília

**tucionalidade de lei** ou ato normativo do Poder Público. (grifos nossos).

Mas este fato mostra que decisões no judiciário são muitas vezes tomadas mais por motivações políticas ou ideológicas, do que com base na lei. Prevalece a interpretação de quem julga.

Diante desses fatos, a CNTE e os sindicatos filiados vão manter a mobilização e a pressão sobre o STF, pois há boas perspectivas de que a questão se decida definitivamente a favor dos professores.

O Sismmac teve atuação destacada na defesa da Lei do Piso. Foi o único sindicato do Sul do Brasil a participar como amicus curiae (amigo da corte) no processo.

Este é um tema da 12ª Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública. Detalhes na página 8.

nistros Gilmar Mendes e Marco Aurélio Mello fizeram o presidente interino Ayres Brito voltar atrás e suspender a sessão para aguardar o retorno do presidente do STF Cezar Peluso. Argumentaram que seriam necessários seis votos para a nova hora-atividade valer.

A interpretação foi contestada pelo ministro Joaquim Barbosa, citando o artigo 97 da Constituição Federal, que reza: **Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconsti-**

## Conheça os votos dos ministros do STF

• A favor do piso nacional e a favor da hora-atividade de 33,3%:

- Ayres Brito
- Celso Melo
- Joaquim Barbosa
- Luis Fux
- Ricardo Lewandowski

• A favor do piso e contra a hora-atividade:

- Ellen Grace
- Carmen Lúcia

• Contra o piso e a hora-atividade:

- Gilmar Mendes
- Marco Aurélio Mello

• Não votaram

- José Antonio Dias Tóffoli, impedido de votar por ter defendido a lei quando era Advogado Geral da União

- Cezar Peluso, em viagem à Itália representando o STF

## Plano Nacional de Educação

# Fórum Paranaense da Escola Pública debate o projeto do PNE

Será nos dias 29 e 30 de abril, na Sociedade Morgenau, Cristo Rei, com grupos de debates na Reitoria da UFPR

Será realizada nos dias 29 e 30 de abril a 30ª Sessão Plenária do Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública, em Curitiba. O local das atividades será a Sociedade Morgenau (Av. Sen. Souza Naves, 945).

O Fórum reúne representantes de dezenas de entidades vinculadas à educação, como sindicatos, diretórios acadêmicos, instituições públicas de ensino, governos, etc...

O tema do encontro será "O Plano Nacional de Educação em discussão" e terá como palestrante o professor Carlos Abicalil, que falará sobre o Projeto de Lei nº 8035/2010 (proposta do PNE) e sua tramitação no Congresso Nacional.

### Inscrições

As inscrições devem ser feitas até o dia 28 de abril, junto ao Sismmac.

- Fone/fax (41) 3225-6729
- E-mail contato@sismmac.org.br
- Informe: Nome completo, - RG

- Matrículas - Escola - Números dos grupos de trabalho que deseja participar, por ordem de prioridade.

### Certificação

Haverá certificação expedida pela UFPR, com carga horária de 12h.

## Programação

### 29 de abril - manhã

- Palestra com o Professor Carlos Abicalil

### 29 de abril - tarde

- Grupos de trabalho: por diretrizes e metas respectivas do PNE:

#### Grupo 1 -

I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar. Metas e estratégias relacionadas.

#### Grupo 2 -

III - superação das desigualdades educacionais; IV - melhoria da qualidade do ensino. Metas e estratégias relacionadas.

#### Grupo 3 -

V - formação para o trabalho; VI - promoção da sustentabili-

dade sócio-ambiental. Metas e estratégias relacionadas.

#### Grupo 4 -

VII - promoção humanística, científica e tecnológica do País; VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. Metas e estratégias relacionadas.

#### Grupo 5 -

IX - valorização dos profissionais da educação; e X - difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação. Metas e estratégias relacionadas.

### 30 de abril - manhã

- Plenária Final

## "Projeto precisa ser melhorado"

Dalila Andrade (UFMG), presidente da Anped (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) expressou sua opinião em seminário promovido pelo Setor de Educação da UFPR, a 23 de março. Depoimento colhido por Fernando César de Oliveira.

"O plano não traz diagnóstico nem mecanismos de controle e monitoramento, não prevê avaliação sistemática"

"Não podemos aceitar 7% do PIB, perpetuando um modelo[...] 10% é início de conversa se quisermos enfrentar os desafios"

"Se não melhorarmos desde o muro da escola até chegar ao professor, não vai haver qualidade. Enquanto o óbvio não for resolvido, temos que falar dele"

"A Conae representou um momento em que o governo ouviu a sociedade. Seu lema era constituir um sistema nacional de educação, que deveria ser a ideia mais forte do PNE. Como persegui-lo?"

"Não podemos permitir que a pressa comprometa a qualidade do plano, que precisa ser discutido em audiências públicas. Vamos apresentar emendas com base no documento final da Conae"

"Queremos um PNE que faça a diferença, que dê nome aos bois, que cobre responsabilidades"

# Prazo para dar solução ao ICS está acabando

*Instituto é administrado sem transparência e sem democracia. E ainda tentam jogar ônus da crise para o servidor*

Até a metade de junho a Prefeitura de Curitiba precisará ter solucionado os problemas do ICS levantados pela ANS (Agência Nacional de Saúde). Pelo que se observa tentará jogar o ônus da crise aos servidores.

O Sismmac e o Sismuc sempre defenderam que o ICS fosse uma autarquia (instituição pública), democrática e transparente. A PMC nunca deu ouvidos. Se atendesse às reivindicações, não teria tido problemas com a ANS, que considera o ICS um Plano de Saúde privado, e quer que se ajuste às normas da agência.

O prefeito prometeu transformá-lo em autarquia. Só agora, seu objetivo é fugir das garras da ANS.

Devido à falta de transparência, os servidores têm

poucas condições de fiscalização. Esta situação possibilitou um rombo nas contas do instituto. E falta também democracia, pois os servidores têm somente um representante no Conselho de Administração e um no Conselho Fiscal. Mesmo que exija informações, é sempre voto vencido. Pode, no máximo, marcar posição.

Mas os sindicatos ainda insistem em participar dos conselhos porque assim é possível observar os movimentos da administração municipal e da direção do ICS.

E o que se vem percebendo são movimentos que levam à piora dos serviços e apontam, como solução, para a cobrança de serviços e o aumento da alíquota.

## Faltas a consultas

Os servidores sentem

## Seminário sobre o Sistema de Seguridade - IPMC e ICS

**Dia 5 de maio de 2011, no Sismmac**

O ICS está em crise. Se o IPMC não rever plano de custeio, aposentadorias correm risco.

Venha debater estas questões que afetam a todos nós!

Promoção do Sismmac e do Sismuc

claramente a precarização do atendimento, o descredenciamento de clínicas e de profissionais, o aumento das filas, etc.

Por sua vez, a administração do ICS levou ao conselho o “problema” dos servidores que marcam consultas e não comparecem. Argumentam que a negligência gera prejuízo, etc. Como solução, propõem apenas punição, aumentando a contribuição.

A representação sindical no conselho defendeu que se comece por uma campanha de informação e conscientização, para reduzir essas faltas. Também propôs que sejam verificados os motivos: se é apenas desmazelo ou se o congestionamento das linhas telefônicas ou ainda a demora no agendamento de consultas não contribuem para as desistências sem aviso.

## Maternidades

Mas, quando é necessá-

rio oferecer resposta assertiva, desconversa. Na mais recente reunião do Conselho de Administração, a representação sindical tentou pausar a discussão sobre a falta de maternidades credenciadas. Hoje há somente duas, que não atendem à demanda, deixando mães intranquilas. Não obteve resposta. Esta é uma questão urgente que aflige muitas professoras. O Sismmac e o Sismuc continuarão cobrando do ICS a ampliação de ofertas de vagas em maternidades.

## Negociação?

Em outubro de 2010, o secretário de governo Luiz Fernando Jamur prometeu que o Sismmac e o Sismuc participariam da construção de um novo modelo para o ICS. Até hoje não cumpriu sua palavra.

## Aposentados

# PMC nega até direitos reconhecidos pela Justiça

O Coletivo de Aposentados participou das negociações ocorridas no mês de março e começo de abril entre os sindicatos e a administração municipal. Este segmento foi representado por duas professoras com atuação destacada no coletivo.

Em todos os encontros os representantes do prefeito afirmaram que há transparência na gestão e que todos os cidadãos e servidores têm acesso às informações que necessitam. Mas, se colocaram contrários ao registro das reuniões por meio de filmagem e ou gravação do áudio. Defenderam que as atas são documentos oficiais e suficientes para dar publicidade à negociação. Então, a transparência é parcial?

Um dos pontos iniciais das reivindicações é de que todo direito pago a professores em atividade seja estendido a todos os aposentados.



Os encontros do coletivo ocorrem sempre na última quinta-feira do mês

Isto, independente se tenha ou não direito à isonomia e à paridade.

A principal reivindicação do magistério, é claro, refere-se aos salários. Além da reposição da inflação, de 6,5%, é necessário reajuste de mais 14,84% para reaver as perdas salariais.

Mas, além disto, é preciso corrigir problemas do Plano de Carreira e isto interessa diretamente a muitos

aposentados. A administração municipal sistematicamente nega, mesmo com a Justiça reconhecendo diversos desses direitos.

Um exemplo é o enquadramento no final do atual Plano de Carreira a quem já havia alcançado esta posição no plano anterior. As ações judiciais ingressadas no prazo de cinco anos após a implantação do PCCS (até 2006) estão sendo vitoriosas.

Mesmo assim, a PMC não universaliza este direito.

Outro exemplo refere-se ao direito à aposentadoria antes de completar 50 (mulher) ou 55 (homem) anos de idade. Em reunião, a assessora jurídica do IPMC disse que o município pratica o que dispõe a Constituição. Mas ela ignorou a Emenda Constitucional 47, que adota a fórmula 75/85 e a justiça reconhece aos professores. A fórmula permite a aposentadoria se, atendendo aos requisitos, a soma do tempo de serviço mais a idade for 75, para mulher, ou 85, para homem.

A valorização do tempo de serviço (para compensar o período em que não houve avanços na carreira) e o reconhecimento de graduações e pós-graduações feitas por professores quando ainda atuavam, também foram negadas.

Para percorrer todo o plano de carreira e chegar ao final da tabela, o profissional do magistério precisa trabalhar 71 anos. Na ata da reunião de 21 de março, está registrado que “a administração reconhece e tem essa visão clara”. Se reconhece, por que se nega a negociar solução?

## Erramos

Na edição anterior publicamos na coluna do Coletivo de Aposentados o texto “Este relato é um pouco do nosso legado”, da professora Eunice Turra. Por erro de digitação, a palavra “Tenhamos” foi grafada como “Tínhamos”, alterando o sentido do último parágrafo: “Tenhamos discernimento e sabedoria para administrar o hoje e o respeito com o ontem”.

# Ao completar 10 anos, PCCS corre riscos

Nos próximos dias o Instituto Publix deve apresentar relatório para a revisão do Plano de Carreiras

No próximo dia 28 de junho serão completados dez anos do atual Plano de Carreiras do magistério. Ele resultou de uma luta de dez anos efetivada pelo Sismmac. Desde 1991, quando Jaime Lerner extinguiu o Estatuto Azul, o primeiro plano de carreiras da categoria.

Quando o atual plano era discutido na Câmara Municipal, os professores se mobilizaram. Fizeram manifestações em frente à Prefeitura de Curitiba e no legislativo.

Não foi o plano ideal, mas era um grande avanço para o que se tinha na época.

Nos anos seguintes, a



Manifestação pelo PCCS realizada em 2001

luta do magistério melhorou muito o PCCS. Além do vale-transporte, foi conquistada a equiparação salarial entre as docências. O reenquadra-

mento da Docência II corrigiu sérias distorções. E é preciso avançar mais.

## A ameaça Publix

Neste ano, a PMC con-

tratou o Instituto Publix para rever os Planos de Carreiras dos servidores. Esta é uma empresa de consultoria que já atuou em diversos Estados, sempre para governos neoliberais, contrários aos direitos de servidores.

Em Minas Gerais, por exemplo, as carreiras foram achatadas. A remuneração passou a se chamar subsídio, incorporando diversas gra-

tificações, com de Educação Especial, por exemplo, que acabou eliminada.

Nos próximos dias, o Publix deve apresentar seu relatório. Ninguém sabe o que pode vir por aí. Podem querer mexer nos nossos direitos, como a licença-prêmio e outros direitos.

Fique alerta! Precisamos estar prontos para defender nosso plano de carreiras

## Nas negociações, PMC retoma a linha antisservidores de Taniguchi

Para ser eleito prefeito, Beto Richa precisou se descolar da imagem de Cássio Taniguchi. Depois, com intenção de ser governador, adotou postura que o diferenciava do ex-prefeito.

Atingidos os objetivos, caíram as máscaras. Cássio foi nomeado secretário de Richa. Na prefeitura, seu sucessor, Luciano Ducci, recuperou quadros da gestão Taniguchi nas negociações com os servidores. O prefeito retomou a linha dura, de ne-

gar e só negar avanços nas conversações com o funcionalismo.

Na questão salarial, a única conquista foi a reposição da inflação, com o reajuste de 6,5% valendo a partir de abril.

Entre as reivindicações para corrigir o Plano de Carreira, foi aceito discutir a criação de uma comissão para elaborar proposta para a valorização pelo tempo de serviço. Esta é uma questão que precisamos pressionar, pois

há possibilidade de avançar.

Em relação à gestão democrática, foi acertado que o presidente do Conselho de Escola não será exclusivamente o/a diretor/a da escola. Poderá ser qualquer membro, eleito pelos demais.

A revisão da gratificação de coordenação administrativa foi reafirmada à mesa de negociações, para ser igual à coordenação de CMEI. Se não for paga até a metade do ano, será necessária a mobilização deste segmento para cobrar o compromisso assumido.

Com o compromisso de manter canal de negociação permanente, o magistério precisará manter a mobilização e lutar para avançar nas demais reivindicações.

Continuamos na luta pela reposição das perdas (14,84%), pela diminuição do número de alunos por sala, pela hora-atividade de 1/3 da jornada, pela devolução do pessoal do PSS ao Estado, pela convocação dos concursados, e pelo atendimento da nossa pauta de reivindicações.

## Vereadores pegam carona no reajuste dos servidores

Na questão salarial, a reivindicação dos servidores que a Prefeitura de Curitiba atendeu foi a reposição da inflação entre março de 2010 e fevereiro de 2011. Medido pelo INPC, o índice de 6,36% foi arredondado para 6,5%.

Quando o projeto chegou na Câmara Municipal, os vereadores decidiram pegar carona. Em um substitutivo, aprovaram a extensão desse percentual aos seus próprios salários. Também

para o prefeito (que não é beneficiado porque já recebe o teto), vice e secretários.

A bancada de oposição apresentou quatro emendas, que nem chegaram a ser votadas. Uma delas pedia 14,84% de reajuste aos servidores, para repor perdas históricas.

A Constituição e o Tribunal de Contas do Estado determinam que reajustes de agentes políticos devem ser feitos um projeto específico.

## Ducci, não fuja dos servidores!



Ato promovido em 29 de março deste ano

No dia 29 de março, servidores municipais estiveram na Prefeitura de Curitiba em busca de negociações com o prefeito Luciano Ducci. Pela manhã, com o Sismmac, e à tarde, o magistério, foto. No máximo, encontraram guardas do GOE, armados. Após muito perseverar, obtiveram o compromisso da administração municipal de que seriam recebidos em abril. Definiriam uma data no dia 6.

No entanto, até o fechamento desta edição, em 19 de abril, apesar da insistência, as direções dos sindicatos não obtiveram resposta. O objetivo é uma conversa direta com o prefeito para que ele faça avançar o entendimento da administração municipal com os servidores.

É preciso que o prefeito assuma uma postura franca com o funcionalismo municipal.

**Dia 27 de abril de 2011**

Quarta-feira

**Assembleia Geral do Magistério**

Às 18h, em primeira chamada, e às 18h30, em segunda

**Na sede do Sismmac**

Al. Dr. Muricy, 54, 10º andar, Curitiba

**Venha debater:**

- Plano de Carreira
- Plano Municipal de Educação
- ICS
- Campanha de Lutas
- Outros assuntos

**Na defesa dos nossos direitos,  
MOBILIZAR É PRECISO!**

Janeiro de 2011

<b>SALDO DO MÊS ANTERIOR (DEZEMBRO)</b>	
Caixa interno.....	336,18
Saldo Bancário.....	76.690,07
Saldo Poupança.....	71.110,77
Aplicação CEF.....	700,00
<b>SALDO.....</b>	<b>148.500,84</b>

**RECEITAS DO MÊS**

Mensalidades Associados.....	29.072,16
Fundo Processual.....	1.213,10
<b>TOTAL RECEITA.....</b>	<b>30.285,26</b>

**DESPESAS DO MÊS**

<b>Informática</b>	
Hospedagem/Hostnet.....	33,12
Internet/Onda.....	238,45
<b>Assessorias e Serviços</b>	
Dieese.....	502,71
Honorários advocatícios.....	2.634,65
Contabilidade.....	663,00
Locação copiadora.....	200,00
Motoboy.....	27,50
Assinaturas.....	45,12
<b>Auxílios</b>	
Aux. transp. estagiária.....	184,80
Correio.....	1.759,30
Contribuições/Doações.....	50,00
Contrib. estatutária/CUT/CNTE.....	6.574,25
Energia Elétrica/Copel.....	261,61
Encargos.....	10.877,01
<b>Eventos</b>	
Congresso CNTE.....	3.482,27
<b>Funcionários</b>	
Salários e aux. transporte.....	6.469,86
Assistência médica.....	2.504,83
Cursos especialização.....	220,00
<b>Jurídico</b>	
Gastos processuais.....	1.132,00
<b>Sede</b>	
Material de consumo.....	66,70
Manutenção.....	1.234,80
Aluguel.....	1.527,88
Condomínio.....	1.501,20
Diversos.....	72,60
<b>Imprensa e Divulgação</b>	
Jornal/cartazes/folder.....	240,00
<b>Telefone</b>	
Brasil Telecom.....	884,95
VIVO.....	1.593,17
<b>Transporte</b>	
Transporte.....	453,00
<b>Veículos</b>	
Combustível.....	122,66
Desgaste/Combustível.....	54,65
Estacionamento.....	395,70
Estar.....	10,00
Seguro Gol.....	485,24
Tarifas Bancárias.....	4,00
<b>TOTAL DESPESAS.....</b>	<b>46.507,03</b>

Caixa interno.....	1.399,60
Saldo bancário.....	59.404,88
Saldo Poupança.....	71.538,65
Aplicação CEF.....	700,00
<b>SALDO.....</b>	<b>133.043,13</b>

Conecte-se com a gente!

[www.sismmac.org.br](http://www.sismmac.org.br)



# Coletivo elabora questionário para levantar condições de trabalho

*Professores devem responder às questões e encaminhá-las ao sindicato*

O Coletivo de Educação Física do Sismmac organizou um questionário para projetar ações mais específicas para a área, a serem desenvolvidas durante o ano. As respostas servirão para a categoria ter um diagnóstico sobre as condições de trabalho e perfil das professoras e professores de Educação Física na rede.

**Prazos e meios**

O coletivo solicita que os professores de Educação Física da escola se reúnam para responder às questões e as encaminhem ao Sismmac. Pode ser por

- e-mail (contato@sismmac.org.br),
- fax (3225-6729),

- representante de escola ou
- diretamente no sindicato.

A data limite para enviar a resposta é o dia **20 de maio**.

**Questionário**

1) Como é o ambiente que possui para desenvolver as aulas de Educação Física? Tem quadra? É coberta? Os materiais são suficientes e/ou adequados?

2) Quantas turmas há por professor de Educação Física? Existe professora regente atuando como recreadora?

3) Entre as professoras e os professores de Educação Física da escola existem problemas de saúde

decorrentes do trabalho? Quais?

4) Quais fatores vocês apontam como problemas nas condições para desenvolver o trabalho de Educação Física em sua escola?

5) Quanto tempo de rede tem cada professor/a de Educação Física de sua escola?

6) Qual o regime de trabalho nessa escola (concursado, RIT, outros)? Quantos professores são em cada regime, por turno?

7) Atua no projeto Comunidade Escola? Qual sua função no projeto?

8) Citem outras questões que considerem pertinentes e que não foram abordadas nas questões anteriores.

**Diversidade**

## Movimento Negro protesta contra veto que reduz cota no serviço público

*Veto matém ambiguidade na Lei 14.274, de 2003*

Desde 2003 existe lei no Paraná assegurando 10% das vagas em concursos públicos para afrodescendentes. No entanto, a lei é ambígua. Num momento, prevê a cota apenas no primeiro edital de convocação e, em outro, estende-a a todos os editais de concursos.

Em 2009 foi aprovada a Lei 301/09 para dirimir a contradição, deixando explícito que os termos da Lei 14.274/03 vale para todos os editais. O ex-governador Requião vetou. Mudou o governo, mas não mudou a prática. A bancada de apoio a Beto Richa manteve o veto.

Entidades do movimento social negro do Paraná emitiram nota para “manifestar sua indignação e repúdio” aos deputados “que votaram contra 28,5% da população paranaense”.

Quando souberam que o veto seria votado a 14 de março, os líderes do movimento propuseram diálogo para retirá-lo da pauta, ao líder do governo, Ademar Traiano (PSDB), ao presidente da Assembleia Legislativa, Valdir Rossoni (PSDB), e aos principais líderes. Com o acordo, o projeto foi retirado da pauta, para voltar só após 10 sessões.

As entidades articularam atividades para sensibilizar as autoridades. Realizaram sessão em Londrina; conversaram com o governador, que se comprometeu rever a matéria. Ao secretário da Administração Luiz E. Sebastiani, mos-

traram a redação conflitante e este também se comprometeu com sua correção. Rossoni solicitou análise jurídica do documento que apontava as falhas na redação.

Na sessão de 6 de abril a matéria entrou em votação. O líder do governo alegou que não havia consenso do Movimento Negro e defendeu a manutenção do veto. Na verdade, faltou unanimidade. Uma pessoa, representando uma entidade, era contrária. Prevaleceu sobre as demais.

A manutenção do veto impedirá a inclusão de cerca de 1700 negros no serviço público, para o provimento de cargos de professores e funcionários para as escolas estaduais, aprovados em 2007.

Dos 44 deputados presentes em 6 de abril, 20 votaram contra o veto, 23 a favor. Houve uma abstenção. A diferença que manteve o veto foi de somente 3 votos.

O manifesto é assinado pelas entidades: De Curitiba, Associação Cultural de Negritude e Ação Popular dos Agentes Pastorais Negros (ACNAP), Instituto de Pesquisa da Afrodescendência (IPAD), Grupo de União e Consciência Negra (GRUCON), Movimento Negro Unificado (MNU), Redes de Mulheres Negras do Paraná, Instituto Ilê Odara. De Piraquara, Instituto N'Zinga. De Maringá, Instituto Enedina Alves. De Paranavaí, Associação de Negritude e promoção Igualdade Racial (ANPIR). De Londrina, Associação de Ogans. De Cascavel, Grupo Afro Vida.

## Participe dos coletivos

Para aprofundar temas relacionados a segmentos específicos da categoria e elaborar propostas de ação e de reivindicação, o Sismmac tem organizado quatro coletivos. Outros podem ser formados, conforme a demanda da categoria.

Observe as datas e horários e participe!

### Coletivo de Aposentados

Os próximos encontros serão em

- 28 de abril, quinta-feira
- 26 de maio, quinta-feira às 14 horas, no sindicato

### Coletivo da Diversidade Racial

- 25 de maio, quarta-feira às 18h30, no sindicato

### Coletivo de Educação Física

- 04 de maio, primeira quarta-feira do mês às 8h e às 13h30, no sindicato

# Produtividade do setor público cresce mais que do setor privado

*Cai mais um mito neoliberal, revela Márcio Pochmann, presidente do Ipea*

**Márcio Pochmann**

A crise mundial impõe forte derrota à ideologia neoliberal, que reinou solitária durante a dominação do pensamento único. Da mesma forma, os mitos construídos pela ideologia neoliberal vão caindo sistematicamente quando submetidos à luz da realidade.

Por algum tempo perdurou não somente no Brasil, pois esteve repetida globalmente, a máxima de que o Estado era o lócus da improdutividade e ineficiência, enquanto somente ao setor privado cabia a maximização da eficiência. Sem apresentar estudos com informações consistentes, a ideo-

“**Os ganhos de produtividade na administração pública são produto do abandono da ideologia neoliberal**”

logia levou ao máximo o programa de privatização e desmonte do Estado.

O recente comunicado da presidência do IPEA (n. 27) comprova que não há base real para qualquer afirmativa definitiva a respeito da improdutividade do Estado brasileiro. Pelo contrário pois, segundo o próprio comunicado, a medida de produtividade na administração pública em 2006 foi 14,7% superior à verificada em 1995.

No setor privado, os ganhos de produtividade foram 13,5% maiores no ano de 2006 quando comparados com 1995. Ou seja, a produtividade na administração pública cresceu um ponto percentual a mais que a do setor privado no período considerado.

Em síntese, verifica-se que a produtividade na administração pública apresentou-se mais do que compatível com o aumento das contratações dos

ocupados pelo Estado. Após a queda da produtividade na administração pública em relação à do setor privado entre 2003 e 2004, ela se recuperou a partir de 2005.

Não bastasse o ritmo da expansão da produtividade na administração pública ter sido superior ao do setor privado entre 1995 e 2006, constatou-se também que a produtividade média do funcionário público encontra-se acima da média do trabalhador ocupado no setor privado.

No período de tempo considerado, a produtividade na administração pública manteve-se superior à do setor privado, em média, acima de 35%. Em 2006, por exemplo, a produtividade foi, em média, 46,5% maior que a do setor privado, enquanto em 1995 era 45,1% superior.

Nessa medida utilizada, de produtividade na administração pública, tomou-se como critério a relação entre o valor agregado (contas nacionais do IBGE) e o emprego público (PNAD do IBGE). Ainda que se saiba da complexidade de medir eficiência e desempenho no setor de serviços, onde se encontra inserida a administração pública, considera-se a produtividade como uma medida confiável e consistente dentro da perspectiva do conceito de valor agregado definido pelo IBGE, que aplica a metodologia das Nações



*O economista Márcio Pochmann*

Unidas.

Nesse comunicado da presidência do IPEA pode-se observar também que além de a produtividade da administração pública ser superior e ter crescido acima da do setor privado, houve diferenciações importantes em termos de estados da federação e regiões geográficas. Inicialmente pelo fato de a produtividade na administração pública ter crescido somente nas regiões Nordeste e Centro-Oeste entre 1995 e 2004. As demais regiões (Sul, Sudeste e Norte) registraram queda na evolução da produtividade

na administração pública para o mesmo período de tempo.

Nesse mesmo sentido, nota-se a desigual evolução de desempenho no setor público por estados da federação. Roraima e Distrito Federal registraram os maiores ganhos de produtividade na administração pública. Na outra ponta da evolução da produtividade encontram-se os estados do Pará e Santa Catarina, com resultados negativos entre 1995 e 2004. Dentro desse leque de comportamentos tão distintos, observa-se que os estados da federação que levantaram a bandeira de choque de gestão administrativa, entendida como a introdução e difusão da lógica privada no setor público, registraram baixo dinamismo na produtividade.

A administração pública tem dinâmica específica, não combinando, necessariamente, com a lógica privada. Assim, percebe-se que a produtividade pública pode elevar-se com gestão própria e compatível com os princípios de funcionamento do Estado. Esse parece ser o caso da experiência recente da política governamental de recuperação do papel do Estado no Brasil. Isso vem ocorrendo por meio da difusão das novas tecnologias de informação que permitem certificações e licitações digitais, entre outras medidas. Tudo isso reduz o tempo dos serviços por unidade de tempo, aumentando o desempenho da administração pública.

Também a política de ampliação dos espaços de maior participação social, especialmente nos fundos e políticas públicas (saúde, educação, trabalho, assistência e previdência social, tecnologia, entre outros), como pelos conselhos e conferência nacionais, apoiam a avaliação e direcionamento do serviço público no país. Por fim, a capacitação e gestão de pessoal, bem com o aumento do emprego por conta dos concursos públicos, vêm contribuindo cada vez mais para a profissionalização da administração. Ou seja, os ganhos de produtividade na administração pública são produto do abandono da ideologia neoliberal.

*Artigo publicado originalmente no Blog Mundo do Trabalho da Revista Fórum (www.revistaforum.com.br)*

## A Europa na contramão

A Europa revive a América Latina dos anos 90. Em sua edição de 8 de janeiro, a revista inglesa *The Economist* anunciou a “próxima batalha” liberal: o confronto com os sindicatos do setor público.

A tese da revista pode ser resumida em três pontos: os Estados europeus enfrentam déficits públicos abismais; para reduzir o gasto, é preciso reduzir efetivos, salários e sistemas de pensões dos funcionários; os governos ganharão a opinião pública incentivando a denúncia dos “privilégios” (em especial a estabilidade no trabalho) dos “acomodados” do setor público. Qualquer semelhança não é mera coincidência.

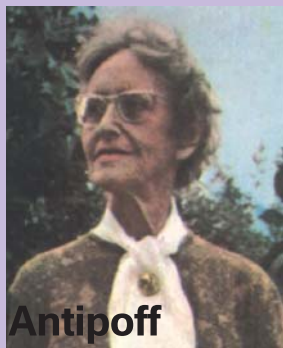
Em nenhum momento o informe recorda que os déficits públicos são em grande parte consequência das ajudas

colossais aos bancos e outros responsáveis pela crise atual.

A aposentadoria dos professores é atacada. O texto diz que “65 anos deveria ser a idade mínima para que essa gente que passa a vida em sala de aula se aposente”.

A aposta na caça aos funcionários públicos e a seus sindicatos não é apenas financeira. É política ou ideológica. Em primeiro lugar porque privam o setor privado de novos espaços de lucro. Em segundo porque, protegidos por seu estatuto, podem ser socialmente mais combativos que seus companheiros do setor privado.

*Aqui reproduzimos trechos de artigo de Bernard Cassen, traduzido por Marco Aurélio Weissheimer para o portal [www.cartamaior.com.br](http://www.cartamaior.com.br)*



**Helena Antipoff**  
1892-1974

Em Godno, Rússia, a 25 de março de 1892, nasce Helena Wladimirovna Antipoff, filha de um oficial do exército. Vive até sua adolescência em São Petersburgo. Com educação esmerada, cedo aprende francês, alemão e inglês.

Devido à instabilidade política, em 1911 Helena vai com sua mãe e irmãs para Paris. Matricula-se na Sorbonne com o objetivo de se tornar médica. Mas, ao ouvir as conferências de Henri Bergson, decide estudar Psicologia. No laboratório de Alfred Binet, mergulha na pesquisa educacional. Em Genebra (Suíça), integra a equipe de Edouard Claparède, no Instituto Jean-Jacques Rousseau.

Com seu pai gravemente ferido em batalha da I Guerra Mundial, em 1916, Helena retorna à Rússia, onde atua como professora para adolescentes problemáticos. Nessa ocasião conhece o escritor russo Vítor Iretzky, com quem passa a viver e tem seu filho Daniel. Depois de ficar preso por 5 meses, Vítor vai para Berlim em 1922. Helena e o filho seguem depois. Não se adaptando à vida na Alemanha, volta a Genebra e ao seu antigo posto.

O governo brasileiro a convida para prestar serviços técnicos à Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte, destinada a preparar mestres e dirigentes educacionais. Em agosto de 1929, Helena desembarca no Brasil para permanecer dois anos. Fica para sempre.

Em pouco tempo seu trabalho de orientação educacional e de pesquisa no terreno da psicologia pedagógica é reconhecido. Mas, observando a injustiça social, fome e miséria, Helena reúne médicos, advogados, agrônomos, engenheiros e outros profissionais e cria em 1934 a Sociedade Pestalozzi, de assistência à infância desamparada. Com o mesmo grupo, cria um projeto de escola-granja para crianças com necessidades especiais.

Em 1937, parte para o seu projeto maior: a Fazenda do Rosário, concentrando instituições para menores e adultos, de diversos graus e modalidades. Em 1951, recebe a cidadania brasileira.

Helena Antipoff foi professora catedrática de psicologia educacional na Universidade Federal de Minas Gerais e professora emérita da Faculdade de Educação da mesma universidade.

Fonte: *Schumacher, Schuma. Brasil, Érico Vital. Dicionário Mulheres do Brasil, Zahar, 2ª edição. RJ, 2001*

# CNTE chama mobilização pela Lei do Piso e pelo PNE

*Em Curitiba, atividades da XII Semana da Educação abarcará também o Plano de Carreira, ICS e Plano Municipal de Educação*

As entidades filiadas à CNTE/CUT realizam de 25 a 29 de abril a XII Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública. O objetivo é defender a validade integral da Lei do Piso (*leia na página 3*) e debater o projeto de Plano Nacional de Educação.

Aliás, a proposta é se exigir planos de educação nas três esferas de governos. Pertinente, pois Curitiba e o Paraná não têm planos de educação.

Em Curitiba, a Semana da Educação será celebrada de 26 a 30 de abril. Algumas das atividades programadas para serão realizadas em conjunto pelo Sismmac e a APP-Sindicato.

## Paralisação

A CNTE/CUT convoca para 11 de maio um dia de paralisação nacional. A mobilização é pelo cumprimento da Lei do Piso, em defesa das carreiras na educação, a destinação de 10% do PIB para a educação e em defesa do PNE que o Brasil quer.

Na assembleia do dia 27 o magistério de Curitiba decide de que forma participa desta mobilização (*leia na página 5*). Se também paralisa as atividades ou se promove outro tipo de manifestação. É importante a presença de todos/as para tomarmos juntos a melhor decisão.

Como se pode observar, a pauta nacional coincide em boa medida com a luta dos professores de Curitiba, que na verdade, é de toda a educação pública.

## Confira a programação

### • Dia 26 de abril

Panfletagem na Boca Maldita e convocação da imprensa para divulgar a pauta da educação pública; com APP-Sindicato.

### • Dia 27 de abril

Assembleia geral do magistério municipal, às 18 horas, no Sismmac.

### • Dia 28 de abril

Visitas a escolas e panfletagem para comunidades escolares

### • Dias 29 e 30 de abril

XXX Sessão do Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública (*pag. 3*)

# A EDUCAÇÃO QUER MAIS.



XII Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública

De 25 a 29 de abril de 2011

11 de maio Paralisação Nacional

**[PRESSÃO]**  
COM A NOSSA LUTA A EDUCAÇÃO AVANÇA

Piso para todos(as)  
Carreira  
10% do PIB para a educação  
PNE que o Brasil quer

A história tem mostrado a força da mobilização para promover mudanças. A pressão popular está transformando a realidade de muitos países. Esse é o poder de fazer acontecer.

No campo da educação, as mudanças ocorridas nos últimos anos no Brasil são fruto de muita mobilização da sociedade e de negociação junto às esferas de governo. A CNTE exerceu um papel fundamental na aprovação das leis do Piso Salarial Nacional do Magistério, do Fundeb e na implementação de políticas de valorização dos trabalhadores em educação, em especial os funcionários da educação.

A nossa PRESSÃO nos trouxe até aqui, temos que continuar assumindo esse protagonismo porque ainda há muito a conquistar. O aumento do percentual do PIB destinado à educação para 10%, a implementação da Lei 11.738 que estabelece o Piso Profissional Salarial Nacional em todos os estados e municípios do país, Piso para todos(as) trabalhadores(as) em educação e a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) são as nossas atuais bandeiras de luta.

A educação brasileira precisa de todos nós. Participe das mobilizações pela implantação do PISO e pela aprovação do PNE que o Brasil quer.

Com a nossa luta a educação avança!